



CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LONDRINA, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR.

Processo SEI 60.033151/2025-04 (Contratos: Gestão Contratual)

Pelo presente instrumento, vinculado ao Processo Administrativo em epígrafe, de um lado o **MUNICÍPIO DE LONDRINA**, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.411/0001-70, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 635, nesta cidade de Londrina/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **José Tiago Camargo do Amaral**, brasileiro, casado, com domicílio nesta cidade de Londrina/PR, doravante denominado simplesmente de **CONSORCIADO**, tendo como interveniente o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.323.261/0001-69, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Vivian Biazon El Reda Feijó**, brasileira, casada, com domicílio nesta cidade de Londrina/PR, e de outro o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 00.445.188/0001-81, com sede na Travessa Goiânia, 152, Centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **Onício de Souza**, inscrito no CPF nº 023.700.329-52 e RG nº 7.195.223-1, residente e domiciliado à Rua. Santo Amaro nº 233, na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente de **CONSÓRCIO**, têm entre si, como justo e acertado, o presente **CONTRATO DE RATEIO**, regido pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e pelas seguintes Cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente **CONTRATO DE RATEIO** tem por objeto ratear as despesas do **CONSÓRCIO** entre os entes consorciados, nos termos do artigo 8º da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e é oriundo da adesão do **CONSORCIADO** ao **CONSÓRCIO**, ratificada pela Lei Municipal nº 11.703, de 04 de setembro de 2012.

§ 1º. Consideram-se despesas do **CONSÓRCIO**, entre outras que vierem a ser regularmente instituídas, as de execução do objeto e das finalidades do **CONSÓRCIO** previstos no Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787), tais como as despesas de aquisição de material permanente, ampliação das atividades ambulatoriais de competência do **CONSÓRCIO**, salários, obras e instalações para a manutenção, ampliação da sede e demais despesas administrativas do **CONSÓRCIO**.

§ 2º. Abaixo segue o quadro com o desdobramento contábil das despesas estimadas para o período contratual do exercício de 2026:

a) CUSTEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2026		
ESTIMATIVA CONTRATO DE RATEIO 2026		LONDRINA
PCASP	DESDOBRAMENTO ANALITICO	581.382
ELEMENTO DE DESPESA	CR - DESPESAS COM PESSOAL (FONTE 1067)	

3	1	90	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	6.248.382,91
3	1	90	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.032.381,40
3	1	90	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.303,95
3	1	90	91	SENTENÇAS JUDICIAIS	52.249,66
3	1	90	94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	59.313,92
3	1	90	96	RESSARC. PESSOAL REQUISITADO	158.961,32
ELEMENTO DE DESPESA				CR- OUTRAS DESPESAS CORRENTE (FONTE 1069)	
3	3	90	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	16904,47
3	3	90	30	MATERIAL DE CONSUMO	423.743,08
3	3	90	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.566,21
3	3	90	37	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	889.708,81
3	3	90	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.003.216,32
3	3	90	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	492.588,27
3	3	90	46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	457.016,18
3	3	90	49	AUXÍLIO TRANSPORTE	83.721,20
3	3	90	91	SENTENÇAS JUDICIAIS	48.215,19
3	3	90	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	118,63
ELEMENTO DE DESPESA				CR - INVESTIMENTOS (FONTE 1070)	
4	4	90	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	-
4	4	90	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	83.098,80
TOTAL CONTRATO RATEIO					R\$ 12.069.490,32

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. O **CONSORCIADO** fica obrigado a repassar ao **CONSÓRCIO** o recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, que corresponderá às despesas de manutenção elencadas na Clausula Primeira, *caput* e parágrafos deste **CONTRATO DE RATEIO**.

§ 1º. O **CONSÓRCIO** deve reter os montantes a título de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF - sobre os rendimentos por ele pagos, a qualquer título, para que os devolva ao **CONSORCIADO** até, no máximo, o mês subsequente ao da retenção.

§ 2º. A opção do **CONSÓRCIO** pela compensação do IRPF retido com a PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA de que trata o *caput* deve ser precedida da expressa concordância da Municipalidade e, neste caso, deverá emitir o Documento de Arrecadação Municipal - DAM - no valor devido em cada competência e encaminhá-lo, juntamente com a nota fiscal de serviço, à Diretoria de Gestão Financeira, Compras e Serviços da Autarquia Municipal de Saúde de Londrina.

CLÁUSULA TERCEIRA. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei

Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o **CONSORCIO** deverá encaminhar as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do **CONSORCIADO**, até quinze dias após o encerramento do período de referência todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de **CONTRATO DE RATEIO** de forma que possam ser contabilizadas nas contas do **CONSORCIADO**, na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos, de acordo com o art. 12 da Portaria STN nº 72, de 1 de fevereiro de 2012.

DO VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA. Fica estabelecido que o **CONSORCIADO** repassará mensalmente ao **CONSORCIO** a importância de 11 (onze) parcelas de R\$ 713.299,43 e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 713.299,43 na FONTE 1067, 11 (onze) parcelas de R\$ 285.566,53 e 01 (uma) parcela de R\$ 285.566,53 na FONTE 1069, 11 (onze) parcelas de R\$ 6.924,90 e 01 (uma) parcela de R\$ 6.924,90 na FONTE 1070, valor equivalente à razão de **R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos)** por habitante, aprovado pela Resolução nº 373, de 18/07/2025 (doc. SEI 16842804), alterada pela Resolução nº 377, de 27 de novembro de 2025 (doc. SEI 17244087), de acordo com a tabela do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pela Portaria IBGE nº 1098, de 27/08/2025 (doc. SEI 17024257), que atualmente encontra-se na quantidade de **581.382 habitantes**.

§ 1º. O valor total a ser repassado pelo **CONSORCIADO** ao **CONSORCIO**, para o exercício de 2026, equivalente à soma do valor de cada PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL, é de **R\$ 12.069.490,32 (doze milhões sessenta e nove mil quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos)**.

§ 2º. O valor de **R\$ 1,73 (um real e setenta e três centavos)** por habitante é proveniente da Resolução nº 373, de 18/07/2025 (doc. SEI 16842804), publicada na Edição nº 2645 do Diário Oficial Eletrônico do CISMEPAR, de 18 de julho de 2025, referente ao Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum - PLACIC - do CISMEPAR.

§ 3º. O valor da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA estabelecido nesta Cláusula poderá ser alterado por decisão tomada em Assembleia do Conselho de Prefeitos para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do instrumento celebrado entre o **CONSORCIO** e os **CONSORCIADOS**, tudo conforme previsto no Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787).

CLÁUSULA QUINTA. O pagamento da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL deverá ser realizado de acordo com as seguintes condições:

I. O **CONSORCIADO** efetuará o pagamento de sua PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.

II. O pagamento da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL deverá ser realizado por meio de boleto eletrônico, com o vencimento até no décimo dia de do mês subsequente, nos termos da Cláusula 114 do Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787).

III. O **CONSORCIADO** realizará as transferências referentes à execução das despesas do **CONTRATO DE RATEIO** empenhando-as conforme os elementos despesa descritos no §2º da Cláusula Primeira deste **CONTRATO DE RATEIO**, com o fim de garantir a perfeita compatibilidade dos códigos fonte/destinação de recursos registrados na execução orçamentária do **CONSORCIO**, em conformidade com a Portaria nº 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

DOS DESCONTOS E PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS CEDIDOS PELOS MUNICÍPIOS- CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA MUNICÍPIO QUE CEDER PROFISSIONAIS

CLÁUSULA SEXTA. Do valor total mensal devido pelo **CONSORCIADO** serão descontados:

I. O valor equivalente a 40,91% da folha de pagamento de servidores cedidos pelo **CONSORCIADO** ao **CONSORCIO**, o qual será apurado mês a mês, para a aferição do valor do repasse remanescente da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL;

II. O valor da produção mensal dos servidores cedidos pelo **CONSORCIADO** ao **CONSORCIO**, no equivalente a 59,09% da produção mensal, o que será apurado mensalmente, para aferição do valor do repasse remanescente da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL.

§ 1º. O **CONSORCIADO** poderá ceder servidores públicos ao **CONSORCIO** mediante a celebração de Termo de Convênio entre as partes, conforme autoriza o §4º do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

§ 2º. Para fins de apuração do valor do custo mensal folha de pagamento dos profissionais cedidos ao **CONSÓRCIO** (inciso I do *caput* desta Cláusula) serão consideradas as seguintes parcelas da sua folha de pagamento:

- a. salário básico (estatutário) ou vencimento pago a médico plantonista;
- b. complemento salarial;
- c. Adicional de Insalubridade;
- d. Gratificação por Assiduidade (artigo 1º, II, da Lei Municipal nº 8.729, de 02 de abril de 2002);
- e. FG Incorporada (artigo 9º da Lei Municipal nº 7.299, de 30 de dezembro de 1997);
- f. Auxílio Alimentação;
- g. Adicional por Responsabilidade Técnica (artigo 21 da Lei Municipal nº 9.337, de 19 de janeiro de 2004);
- h. Adicional por Tempo de Serviço;
- i. Encargos Previdenciários – patronal (CAAPSMML Previdência);
- j. 50% do 13º salário.

§ 3º. O **CONSORCIADO** não poderá efetuar desconto na PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA nos casos abaixo enumerados:

- a. Retorno do profissional ao seu vínculo de origem;
- b. Aposentadoria;
- c. Qualquer afastamento ou licença por motivo de saúde;
- d. Férias;
- e. Licença-prêmio;
- f. Licença não remunerada.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA. Fica estipulada uma multa de 1% *pro rata die* e correção monetária ajustada pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC) ao mês sobre o valor da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL, fixada na Cláusula Quarta, sendo o valor corrigido monetariamente, no caso de atraso no pagamento, nos termos do §2º da Cláusula 114 do Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787).

CLÁUSULA OITAVA. O atraso no pagamento da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA por um período superior a 30 dias após o seu respectivo vencimento, acarretará a suspensão do direito a voto na Assembleia Geral, bem como a realização de seus serviços, nos termos da cláusula 114, §3º do Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787).

Parágrafo Único. Nos termos do Art. 8º, §5º, poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA NONA. O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à outra parte caiba direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

I. Se o **CONSÓRCIO** for extinto, conforme dispõem as Clausulas 133 a 136 do Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787);

II. Se o **CONSORCIADO** deixar de integrar o **CONSÓRCIO**, desde que atendidas às formalidades estabelecidas nos artigos 8º, §5º, 11 e 12, §2º, todos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e nas Cláusulas 133, parágrafo único, e 134 do Contrato de Consórcio Público (doc. SEI 16842787).

DA PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA. As partes declaram-se cientes de que a execução do objeto deste **CONTRATO DE RATEIO** poderá envolver o tratamento de dados pessoais, e se obrigam a cumprir e fazer cumprir integralmente as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018) e da Lei do Marco Civil da Internet no Brasil (Lei Federal n.º 12.965/2014), relativamente a todos os dados pessoais, sensíveis ou não (doravante denominados simplesmente “dados pessoais” ou “dados”), a que, em decorrência deste **CONTRATO DE RATEIO**, tiver acesso, com o objetivo de preservar a privacidade, a autodeterminação informativa, a intimidade, a honra e a imagem do titular dos dados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual, ou ainda com fundamento em outra base legal válida e específica na Lei nº 14.133/2021, visando o cumprimento dos princípios nela contidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. As partes responderão administrativamente e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, as partes, para execução do objeto deste contrato, têm acesso a dados pessoais dos representantes, tais como nome completo, número do CPF, RG, endereço residencial e/ou comercial e assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados entre as partes, ressalvado a exigência da publicidade na administração pública direta e indireta, nos termos do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As despesas oriundas do presente **CONTRATO DE RATEIO** correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias do **CONSORCIADO**:

Programa Atividade	Elemento	Fonte
42.010.10.122.0016.6-024	3.1.71.70	303
42.010.10.122.0016.6-024	3.3.71.70	303
42.010.10.122.0016.6-024	4.4.71.70	303

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. A celebração do presente **CONTRATO DE RATEIO** sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no artigo 10, XV, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. A vigência do presente **CONTRATO DE RATEIO** será do dia 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficam convalidados os atos administrativos praticados antes da assinatura do presente **CONTRATO DE RATEIO**, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Londrina/PR para dirimir dúvidas emergentes do presente **CONTRATO DE RATEIO**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para plena eficácia jurídica, as partes, por seus representantes legais, e as testemunhas, assinam eletronicamente o presente contrato via sistema oficial da Prefeitura do Município de Londrina, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e seus sucessores.

Este Termo foi elaborado de acordo com a minuta (17379396) aprovada pela Procuradoria-Geral do Município por meio do PGM: Parecer Jurídico 33 (17461885), conforme o Processo SEI 60.038584/2025-48 (PGM: Solicitação de Consulta Jurídica).



Documento assinado eletronicamente por **Onício de Souza, Usuário Externo**, em 15/01/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Biazon el Reda Feijo, Diretor(a) Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde**, em 15/01/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Tiago Camargo do Amaral, Prefeito do Município**, em 16/01/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17471972** e o código CRC **201A1743**.